

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas
com a agricultura**

Período de Análise: 01 a 29 de Fevereiro de 2008

Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Um novo mundo à nossa espera (5) - Entrevista a Flávio Aguiar – Carta Maior – 06/02/2008	4
Textos de Doha vêm sem mudança em propostas – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – 09/02/2008	7
Nova proposta para Doha dá mais proteção a emergentes – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 11/02/2008	8
Mercado agrícola em transformação - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 12/02/2008	9
Mercado agrícola em transformação - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 12/02/2008	11
Ajudando o inimigo - Onofre Carlos de Arruda Sampaio – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/02/2008	13

Segunda Quinzena

Coalizões Sul-Sul na rota alternativa da Rodada Doha – Rosana Hessel – Gazeta Mercantil – 18/02/2008	15
Governo segue cartilha da OMC para evitar protestos– Gazeta Mercantil – 18/02/2008	16
genda difícil desafia Lula e Cristina - Denise Chrispim Marin, Brasília – Estado de São Paulo – 18/02/2008	17
OMC: crise nos EUA pode elevar barreiras comerciais – O Globo – Economia – 18/02/2008	18
UE rejeita proposta da OMC para Doha - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/02/2008	18
Economia da AL está em declínio, aponta sondagem – Pedro Soares – Solha de São Paulo – 21/02/2008	20
Os bens ambientais no comércio internacional – Sílvia Pinheiro – Gazeta Mercantil – 21/02/2008	20
Só McCain defende o livre comércio – David Wessel – Valor Econômico – 21/02/2008	22
Emergentes estão menos vulneráveis – Jornal do Brasil – 21/02/2008	24
Lobby verde de Lula convence ricos - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 22/02/2008	25
Lula diz que Cuba poderia entrar pra Mercosul – Folha de São Paulo – 26/02/2008 ...	26
Entrevista - Brasil pode definir êxito ou fracasso de Doha- Adriana Garcia – O Estado de São Paulo – 26/02/2008	26
Importações devem aumentar medidas protecionistas, diz governo/entrevista - Iuri Dantas – Folha de São Paulo – 27/02/2008	27
Os interesses do Brasil na América do Sul - Cristiano Romero – Valor Econômico – 27/02/2008	29
EUA estendem preferências tarifárias – Folha de São Paulo – 29/02/2008	31
Sanguinetti critica Venezuela no Mercosul – AFP – Gazeta Mercantil – 29/02/2008	31

Itamaraty e empresários divergem sobre prioridade na relação com América do Sul -Raquel Landim – Valor Econômico – 29/02/200832

Um novo mundo à nossa espera (5) - Entrevista a Flávio Aguiar – Carta Maior – 06/02/2008

Com uma entrevista com o professor José Luis Fiori, Carta Maior encerra a série de artigos sobre seu livro “O poder global e a nova geopolítica das nações” (São Paulo: Boitempo, 2007). Na entrevista o autor esclarece alguns dos conceitos e de seus desenvolvimentos em suas reflexões.

Num mundo em que a guerra continua sendo a moeda corrente da expansão capitalista, a única região a não sofrer conflitos armados de monta nos últimos decênios é palco de uma peculiar “sublevação” de suas massas de deserdados, sob a forma de eleições de líderes populares que fogem ao modelo do neo-liberalismo triunfante depois do fim da Guerra Fria, ou da derrubada de presidentes eleitos que fogem às suas promessas de campanha e aderem a este modelo. Entretanto a expansão do capitalismo triunfante continua a gerar contradições que redesenham a economia mundial, com a China e a Índia, potências armadas, disputando espaço em suas regiões próximas e para além delas. Que futuro se pode esperar diante de tantos desafios inesperados para quem acreditasse que o fim do conflito entre os EUA e a URSS, com a vitória daquele, traria uma era de hegemonia incontestada pelo maior e mais poderoso império que a história já viu? Leia a seguir a íntegra da entrevista com o professor José Luis Fiori, da UFRJ, que também é colunista da Carta Maior.

Carta Maior - *No seu livro “O poder global” a relação entre a acumulação do poder territorial - quase sempre através da guerra - e da riqueza capitalista é permanente e inevitável, e se transformou numa marca do “milagre europeu”, a partir do século XVI, mas com raízes que remontam ao século XII da era cristã. Mesmo o mais otimista dos seus leitores reconheceria que sempre “estamos em guerra”. Mas um leitor mais cético perguntaria: “sim, mas resta sabermos hoje no meio de que guerra estamos”? Mais exatamente, no meio de que guerra ou de que guerras estamos?*

José Luis Fiori - Segundo cálculo de alguns historiadores, o número das guerras cresceu sistematicamente através dos últimos séculos, e foi maior no século XX, do que em qualquer outro tempo. Entre 1400 e 1990, houve cerca de 1000 guerras no mundo, e elas seguem se multiplicando. Mas do meu ponto de vista, este não é o ponto essencial do argumento, quando se pensa na dinâmica do sistema mundial. Trata-se de uma realidade terrível, mas do ponto de vista do sistema criado pela expansão conquistadora do poder e do capital europeu, a Guerra cumpriu um papel decisivo. Na verdade, ela promoveu durante todo este tempo, uma espécie de “destruição integradora” de territórios e populações. Primeiro, na Europa, e depois, até o século XX, do resto do mundo. Além disto, dentro deste sistema, a “preparação para a guerra” cumpre um outro papel, mais importante do que a própria guerra como fator dinamizador, a verdadeira mola mestra que moveu através do tempo o processo de competição e a acumulação do poder dos príncipes e dos estados nacionais que sempre competiram e lutaram pela expansão do seu poder, dentro e fora dos seus territórios “nacionais”, na busca contínua de um poder global que nunca lograram alcançar. Esta mesma competição também move a “ponta” do progresso tecnológico e cumpre um papel decisivo na acumulação da riqueza das nações. Neste sentido, se pode dizer que o sistema mundial vive em meio à uma guerra contínua, e neste momento segue

sendo movido, muito mais do que pela Guerra do Iraque, por exemplo, pela preparação para a guerra – conquistadora ou defensiva, não importa – por parte das grandes potências, e dos principais estados nacionais do sistema..

CM - *Ao final do livro o sr. sugere que as presentes “sublevações” populares na América Latina têm a ver com a própria expansão do capitalismo norte-americano e seu presente “idílio combinatório” com a expansão chinesa. Dá para desenvolver mais essa idéia?*

JLF - Na verdade, o que digo é que ocorreu na América do Sul, uma surpreendente convergência, no início do século XXI, entre dois processos autônomos, mas que vem tendo uma resultante virtuosa do ponto de vista das forças progressistas e de esquerda que lutam por maior igualdade social e autonomia nacional. Do ponto de vista interno do continente, a década neoliberal dos anos 90 não entregou o que prometeu e provocou uma reação popular e eleitoral que varreu os governos conservadores, através de eleições democráticas, em quase todos os países da América do Sul. Em 2001, a maioria dos analistas previa uma desaceleração da economia mundial e neste caso, uma vez mais o que tocaria a estes novos governos progressistas ou de esquerda seriam obrigados uma vez mais – como quase sempre na história do século XX - a se desgastarem rapidamente administrando a crise deixada pelos governos anteriores. Mas depois de 2001, ao contrário de uma desaceleração econômica, o que se assistiu foi uma fortíssima aceleração da economia mundial, liderada pelo eixo sino-americano, promovendo uma retomada ou aumento do crescimento econômico em quase todo o mundo. Este tufão econômico atingiu também a América do Sul, no exato momento em que se dava sua “virada à esquerda”, o que permitiu alguns países como Argentina e Venezuela saírem de crises gravíssimas, mas ao mesmo tempo colocou um problema absolutamente inusitado na história da América do Sul e na agenda da esquerda mundial: o que e como fazer em condições de sucesso econômico capitalista?

Além disto, esta rapidíssima expansão da economia mundial, e em particular da econômica asiática, junto com a globalização do sistema inter-estatal, que se se acelera depois do fim da Guerra Fria, criaram uma situação mundial nova, gerando uma forte pressão competitiva - política e econômica – a nível de todo o sistema mundial, incluindo a América do Sul que está sendo obrigada a redesenhar completamente sua inserção política e econômica dentro do sistema mundial. Por isto já dissemos, num artigo recente, que do ponto de vista das “longas durações históricas” acabou definitivamente a “adolescência” geopolítica e geo-econômica da América do Sul.

CM - *O sr. diz que o Brasil e a África do Sul, ao contrário da China e da Índia, não são potências militares nem têm vocações hegemônicas por várias razões. É possível então desenhá-los como partes de uma “frente comum”, como freqüentemente se faz em relação à ordem ou desordem do comércio mundial?*

JLF - Do meu ponto de vista, a China e a Índia, depois dos anos 90, se projetaram dentro do sistema mundial como potências econômicas e militares, têm claras pretensões hegemônicas nas suas respectivas regiões, e ocupam hoje uma posição geopolítica global absolutamente assimétrica com relação ao Brasil e à África do Sul. Apesar disto, o Brasil, a

África do Sul e a Índia - e mesmo a China, ainda que seja por pouco tempo mais – ainda ocupam a posição comum dos “países ascendentes”, que sempre reivindicam mudanças nas regras de “gestão” do sistema mundial, e na sua distribuição hierárquica e desigual do poder e da riqueza. Por isto, neste momento, compartilham uma agenda reformista com relação ao Sistema das Nações Unidas, e à formação do seu Conselho de Segurança.

Da mesma forma como compartilham posições multilaterais e liberalizantes, em matéria de comércio internacional, na Rodada de Doha, formando o G20, dentro da Organização Mundial do Comércio. Nestas questões políticas e econômicas, entretanto, pode-se prever um afastamento progressivo da China, que já vem atuando, em vários momentos, com a postura de quem comparte, e não de quem questiona a atual configuração de poder mundial. Daqui para frente, seu comportamento será cada vez mais o de uma Grande Potência, como todas as que fazem, ou fizeram, parte do “círculo dirigente” do sistema mundial. E por isto, é de se esperar uma maior convergência de posições entre a Índia, a África do Sul e o Brasil, do que com a China. Mas mesmo com relação à Índia, as convergências políticas deverão ser tópicas, porque o Brasil e a África do Sul devem se manter fiéis ao “idealismo pragmático” de suas atuais políticas externas. Nenhum dos dois demonstra vontade, nem dispõe das ferramentas de poder e dos desafios indispensáveis – no momento - ao exercício da realpolitik, própria das Grandes Potências.

CM - *O sr. olha para o futuro. O que o sr. vê?*

JLF - Vejo um universo em expansão, que é o sistema mundial criado a partir da Europa, e do longo século XVI, de que fala o historiador francês Fernand Braudel. Com sua permanente preparação para as guerras e suas crises econômicas crônicas. Não vejo nenhuma “crise terminal” nem do sistema mundial, nem do poder americano que seguirá competindo pelo poder global, a despeito da ilusão unilateralista da década de 90. Neste sentido, o que estamos assistindo e seguiremos assistindo é a continuação do movimento expansivo de um sistema que sempre foi liderado pela competição e que precisa da própria competição entre as potências para seguir se expandindo. Não acredito em hegemonias benevolentes que durem, nem em pazes perpétuas, nem muito menos numa economia mundial equilibrada. Guerras e crises não significam o fim de um sistema que se expande em grande medida, movido pelas próprias guerras e crises.

Nós ainda vivemos e seguiremos vivendo dentro de um universo formado por um conjunto de unidades territoriais, monetárias e econômicas, hierarquizadas e competitivas, que são a base material do “sistema político e econômico mundial” que sempre foi, a um só tempo, nacional e internacional. Dentro deste “sistema mundial moderno”, as relações entre o poder político e econômico foram sempre muito estreitas, e nunca houve paz duradoura ou equilíbrio econômico estável. Pelo contrário, não só as guerras e as crises econômicas se reproduzem e expandem através da história, como além disto, parecem cumprir um papel mais importante do que as “hegemonias internacionais”, na ordenação hierárquica do próprio sistema.

Neste novo patamar expansivo deste universo, como eu disse no Prefácio do livro Poder Global “está cada vez mais claro que o centro nevrálgico da nova competição geopolítica mundial envolverá pelo menos duas potências – Estados Unidos e China – que

são cada vez mais complementares do ponto de vista econômico e financeiro, e que hoje já são indispensáveis para o funcionamento expansivo da economia mundial. Além disto, o novo eixo da geopolítica mundial, deve envolver cada vez mais, três estados “continentais” - os Estados Unidos, a Rússia e a China – que detém em conjunto, cerca de um quarto da superfície territorial do mundo, e mais de um terço da população global. Neste momento, existem várias hipóteses sobre o fim do “sistema mundial moderno”, mas o mais provável é que antes deste apocalipse, o sistema mundial ainda viva pelo menos mais uma longa rodada, de ajustes, conquistas e guerras, como na velha geopolítica inaugurada pela Paz de Westphalia. Parece que ainda não souou a hora final do “sistema mundial moderno”, apesar de que suas transformações estruturais em curso possam estar criando uma situação de complicada “saturação sistêmica”.

Textos de Doha vêm sem mudança em propostas – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo
– 09/02/2008

Esperados como possível base para alavancar as estancadas negociações comerciais da Rodada Doha, os textos revisados sobre agricultura e produtos industriais foram divulgados ontem sem mudanças nos números originais. Nos temas mais espinhosos - reduções de tarifas industriais nos países em desenvolvimentos e cortes de subsídios agrícolas nos desenvolvidos-, mantêm as cifras divulgadas em julho, que levaram ao impasse atual.

Os documentos foram bem recebidos pela diplomacia brasileira em Genebra, que os consideraram uma boa base para que a negociação suba um estágio, e seja encaminhada aos governos. "Nunca estivemos tão próximos de definir a proposta sobre agricultura", disse um negociador brasileiro à **Folha**. "Não quer dizer que a Rodada Doha esteja próxima de ser concluída, pois isso depende de fatores políticos, entre eles a sucessão presidencial americana. Mas dá margem para a negociação de um acordo."

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, pretende usar os documentos para acelerar as negociações e convocar uma reunião ministerial para abril. Ele declarou ontem que os textos revisados "refletem o progresso" desde julho, mas "algumas áreas" exigem mais trabalho.

O neozelandês Crawford Falconer, mediador das discussões sobre agricultura, admitiu que o texto não contém "grandes surpresas". Mas representa um avanço em relação a julho. O novo texto tem as propostas apresentadas durante 150 horas de negociações mantidas por Falconer nos últimos sete meses com os países-membros.

A Rodada Doha, lançada em 2001 com metas ambiciosas de abertura comercial para 2005, está estagnada há meses com a disputa entre países em desenvolvimento e desenvolvidos.

As nações emergentes, lideradas por Brasil, Índia e África do Sul, exigem que as ricas como Estados Unidos e União Européia reduzam seu protecionismo agrícola. Os

países ricos endurecem, pedindo abertura dos mercados emergentes com corte de tarifas industriais e liberalização dos serviços.

"Todos sabem que essas são decisões políticas", disse o embaixador neozelandês, que marcou para sexta uma reunião para discutir a proposta com os membros. O texto de Falconer mantém o teto de subsídios agrícolas americanos entre US\$ 13 bilhões e 16,4 bilhões anuais. O G20, grupo de emergentes liderado pelo Brasil, não ajuda acima de US\$ 11 bilhões. Mas aceita o patamar menor proposto pela OMC, de US\$ 13 bilhões. Para o embaixador canadense Dan Stephenson, mediador das negociações de produtos industriais, é prematuro pensar em uma reunião ministerial. "Ainda há muito trabalho a ser feito." Ele manteve inalterados os coeficientes de cortes tarifários propostos em julho.

O texto propõe coeficientes entre 19 e 23 para os países em desenvolvimento, o que significa redução tarifária entre 55% e 60%, o que o Itamaraty considera excessivo. Na chamada "fórmula suíça", quanto menor o coeficiente, maior é o corte. Para os países desenvolvidos, os coeficientes variam de 8 a 9.

Nova proposta para Doha dá mais proteção a emergentes – Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 11/02/2008

O Brasil e demais países emergentes poderão proteger um número maior de produtos industriais nas negociações da Organização Mundial de Comércio (OMC). Pelo menos é o que dá a entender a proposta do mediador da negociação de produtos não-agrícolas, Don Stephenson. A mudança pode ajudar a destravar a combalida Rodada Doha.

No rascunho do acordo, divulgado sexta-feira, o mediador voltou atrás e deixou em aberto o percentual de produtos "sensíveis", ou seja, que sofrerão cortes menores de tarifas, para os países em desenvolvimento. Desde de julho de 2007 estava definido que os países poderiam excluir totalmente 5% das linhas tarifárias ou aplicar metade do corte previsto para 10%.

Parece um retrocesso, mas, na avaliação da indústria brasileira, foi uma estratégia para avançar. "É um grande avanço para a negociação", diz Carlos Cavalcanti, vice-presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Abriu as portas da negociação", afirma Soraya Rosar, coordenadora de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Com possibilidade de excluir um percentual maior de produtos, pode se tornar mais fácil para os países emergentes aceitar os cortes de tarifas. Para o Brasil, a proposta em discussão significa cortes médios entre 56% a 60% nas tarifas industriais. "A barganha será entre cortes e flexibilidade", diz Soraya.

Como Brasil e Argentina não conseguiam chegar a uma lista comum de produtos sensíveis, o Mercosul havia solicitado elevar o limite para 16% no caso das uniões aduaneiras. A União da África Austral (Sacu, da sigla em inglês) argumentou que os países de menor desenvolvimento do bloco, que é liderado pela África do Sul, seriam muito prejudicados.

O texto do mediador agrícola, Crawford Falconer, também foi divulgado sexta-feira. Pela primeira vez, o rascunho tratou das salvaguardas e dos produtos especiais para países

em desenvolvimento. Falconer aceitou como base para negociação os 20% de produtos especiais, solicitados pelos países liderados pela Índia. E também admitiu salvaguardas de volume e preço, com altas tarifas, o que preocupa países exportadores agrícolas, como o Brasil.

André Nassar, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icne), diz que, na salvaguarda por volume, o mediador estabeleceu como teto as tarifas da Rodada Uruguai, uma demanda brasileira. Mas não fez o mesmo com a salvaguarda de preços. O receio é que a proteção nesse caso supere os níveis atuais. Para o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, os textos revisados deixam os países "um passo mais perto" de encontrar "um balanço final para uma Rodada ambiciosa e voltada para o desenvolvimento". (RL)

Mercado agrícola em transformação - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 12/02/2008

A grande transformação por que passa o mercado agrícola mundial interessa diretamente ao Brasil. O preço das commodities tem influência direta sobre as exportações brasileiras e o biocombustível põe o Brasil na linha de frente na luta para reduzir a dependência do petróleo e diminuir as emissões de gás carbono, que tantos prejuízos causam ao meio ambiente.

A revista The Economist, em recente estudo, com dados significativos, chama a atenção para as conseqüências do aumento do preço dos alimentos sobre a economia global e, em especial, sobre a dos países em desenvolvimento.

Contrastando com a queda de 75% dos preços das commodities agrícolas no período 1974-2005, o índice The Economist de produtos agrícolas no mercado mundial está hoje no nível mais elevado desde sua criação, em 1845. Mesmo em termos reais, os preços cresceram 75% desde 2005 e deverão manter-se nesses níveis, pelo menos por uma década. Estudos mostram que o preço dos cereais deverá crescer entre 10% e 20% até 2015.

Normalmente, o aumento no preço das commodities deriva da escassez do produto e de baixos estoques, refletindo uma situação de desequilíbrio entre a oferta e a demanda. O que ocorre agora é a elevação das cotações, mesmo quando existe excedente, visto que a produção de cereais em 2008 será a maior da história. The Economist denomina esse fato, pelo seu impacto sobre a economia internacional, de 'agflation'.

Essa situação indica que as alterações do quadro são estruturais e não temporárias. Duas razões básicas podem ser apontadas para justificar a atual alta no preço dos produtos agrícolas: o aumento do consumo de alimentos na China e na Índia e o rápido crescimento da demanda por etanol como combustível. A demanda por etanol foi a principal razão do aumento do preço dos grãos em 2007, o que, por sua vez, acarretou a elevação do preço de outros produtos, como soja e milho.

A médio e longo prazos, os avanços tecnológicos, especialmente na genética agrícola, poderão beneficiar muitos agricultores. O acréscimo de novas regiões produtoras, porém, apresenta problemas significativos: a maior parte das novas áreas que poderão ser incorporadas para o plantio se encontra em áreas remotas do Brasil, da Rússia, do Casaquistão, do Congo e do Sudão; a necessidade de enormes investimentos em infraestrutura (estradas, ferrovias); o crescente perigo de mudanças climáticas (segundo alguns estudos, o aquecimento global poderá reduzir a produção agrícola mundial em cerca de 15% em 2020; e o alto preço do petróleo (influência sobre o preço dos fertilizantes, responsáveis em boa parte pelo incremento da produção agrícola nos últimos 50 anos).

Os países mais pobres com reduzida produção agrícola e os países mais ricos serão os grandes perdedores. Segundo o Banco Mundial, 3 bilhões de pessoas, 75% dentre as mais pobres do mundo, vivem nas áreas rurais dos países em desenvolvimento e, dessas, 2,5 milhões estão na agricultura.

Assim, se, por um lado, os mais pobres poderiam ser beneficiados pelos altos preços das commodities, o que ocorre na prática é o contrário: a maior parte dos países vive com renda abaixo do nível de pobreza e não pode pagar os alimentos cada vez mais caros. Os países em desenvolvimento deverão gastar mais de US\$ 50 bilhões com a importação de cereais em 2007, 10% a mais do que no ano passado. Por outro lado, entre outros países desenvolvidos, Japão, México e Arábia Saudita serão afetados diretamente pelo aumento dos preços dos alimentos. Segundo o Prêmio Nobel de Economia, Gary Becker, da Universidade de Chicago, se o preço dos produtos agrícolas crescer 33%, o nível de vida dos países desenvolvidos deverá reduzir-se ao redor de 3%, enquanto o dos países mais pobres, acima de 20%.

Para alguns países, o aumento dos preços passou a ser um problema. Muitos, como a Argentina, o Marrocos, o Egito, o México e a China, a fim de minimizar os efeitos negativos, estão aplicando algum tipo de controle de preços sobre produtos alimentícios; outros países, incluindo a Índia, o Vietnã, a Sérvia e a Ucrânia, impuseram imposto de exportação ou limitaram as exportações. Argentina e Rússia, para evitar os aumentos internos de preço, fizeram as duas coisas ao mesmo tempo.

Evidentemente, há também ganhadores com essa situação. Nos EUA, o maior exportador mundial de produtos agrícolas, a renda líquida do agricultor em 2007 será de US\$ 87 bilhões, 50% a mais do que a média dos últimos 10 anos. Outros beneficiários, pelo aumento da eficiência e dos preços, são países em desenvolvimento, como o Brasil, a Argentina, a Índia, a África do Sul e alguns outros africanos.

A intervenção do governo por meio de subsídios e barreiras comerciais acarretou um elevado custo para os países em desenvolvimento. As tarifas aumentaram, houve perda de qualidade, superprodução e altos preços internacionais que tanto prejudicam os produtores, na maioria países em desenvolvimento. A redução dos subsídios nos EUA e na Europa ajudaria a alterar substancialmente esse quadro.

Finalmente, poderá haver um importante efeito político gerado pela 'agflation'. A escassez de alimentos e o alto preço das commodities agrícolas, num contexto internacional

mais aberto, poderão mudar o equilíbrio de poder na economia mundial em benefício dos mercados emergentes.

O Brasil está muito bem posicionado para ser um dos principais países favorecidos por essa tendência. Tanto em pesquisa e na extensão de terras agriculturáveis quanto na produção agrícola, do etanol e do biodiesel, o Brasil goza de vantagens competitivas importantes. Isso representa uma enorme oportunidade que não podemos deixar passar. ***Rubens Barbosa, consultor de negócios, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp**

Mercado agrícola em transformação - Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 12/02/2008

A grande transformação por que passa o mercado agrícola mundial interessa diretamente ao Brasil. O preço das commodities tem influência direta sobre as exportações brasileiras e o biocombustível põe o Brasil na linha de frente na luta para reduzir a dependência do petróleo e diminuir as emissões de gás carbono, que tantos prejuízos causam ao meio ambiente.

A revista The Economist, em recente estudo, com dados significativos, chama a atenção para as conseqüências do aumento do preço dos alimentos sobre a economia global e, em especial, sobre a dos países em desenvolvimento.

Contrastando com a queda de 75% dos preços das commodities agrícolas no período 1974-2005, o índice The Economist de produtos agrícolas no mercado mundial está hoje no nível mais elevado desde sua criação, em 1845. Mesmo em termos reais, os preços cresceram 75% desde 2005 e deverão manter-se nesses níveis, pelo menos por uma década. Estudos mostram que o preço dos cereais deverá crescer entre 10% e 20% até 2015.

Normalmente, o aumento no preço das commodities deriva da escassez do produto e de baixos estoques, refletindo uma situação de desequilíbrio entre a oferta e a demanda. O que ocorre agora é a elevação das cotações, mesmo quando existe excedente, visto que a produção de cereais em 2008 será a maior da história. The Economist denomina esse fato, pelo seu impacto sobre a economia internacional, de 'agflation'.

Essa situação indica que as alterações do quadro são estruturais e não temporárias. Duas razões básicas podem ser apontadas para justificar a atual alta no preço dos produtos agrícolas: o aumento do consumo de alimentos na China e na Índia e o rápido crescimento da demanda por etanol como combustível. A demanda por etanol foi a principal razão do aumento do preço dos grãos em 2007, o que, por sua vez, acarretou a elevação do preço de outros produtos, como soja e milho.

A médio e longo prazos, os avanços tecnológicos, especialmente na genética agrícola, poderão beneficiar muitos agricultores. O acréscimo de novas regiões produtoras, porém, apresenta problemas significativos: a maior parte das novas áreas que poderão ser incorporadas para o plantio se encontra em áreas remotas do Brasil, da Rússia, do Casaquistão, do Congo e do Sudão; a necessidade de enormes investimentos em infraestrutura (estradas, ferrovias); o crescente perigo de mudanças climáticas (segundo alguns estudos, o aquecimento global poderá reduzir a produção agrícola mundial em cerca de 15% em 2020; e o alto preço do petróleo (influência sobre o preço dos fertilizantes, responsáveis em boa parte pelo incremento da produção agrícola nos últimos 50 anos).

Os países mais pobres com reduzida produção agrícola e os países mais ricos serão os grandes perdedores. Segundo o Banco Mundial, 3 bilhões de pessoas, 75% dentre as mais pobres do mundo, vivem nas áreas rurais dos países em desenvolvimento e, dessas, 2,5 milhões estão na agricultura.

Assim, se, por um lado, os mais pobres poderiam ser beneficiados pelos altos preços das commodities, o que ocorre na prática é o contrário: a maior parte dos países vive com renda abaixo do nível de pobreza e não pode pagar os alimentos cada vez mais caros. Os países em desenvolvimento deverão gastar mais de US\$ 50 bilhões com a importação de cereais em 2007, 10% a mais do que no ano passado. Por outro lado, entre outros países desenvolvidos, Japão, México e Arábia Saudita serão afetados diretamente pelo aumento dos preços dos alimentos. Segundo o Prêmio Nobel de Economia, Gary Becker, da Universidade de Chicago, se o preço dos produtos agrícolas crescer 33%, o nível de vida dos países desenvolvidos deverá reduzir-se ao redor de 3%, enquanto o dos países mais pobres, acima de 20%.

Para alguns países, o aumento dos preços passou a ser um problema. Muitos, como a Argentina, o Marrocos, o Egito, o México e a China, a fim de minimizar os efeitos negativos, estão aplicando algum tipo de controle de preços sobre produtos alimentícios; outros países, incluindo a Índia, o Vietnã, a Sérvia e a Ucrânia, impuseram imposto de exportação ou limitaram as exportações. Argentina e Rússia, para evitar os aumentos internos de preço, fizeram as duas coisas ao mesmo tempo.

Evidentemente, há também ganhadores com essa situação. Nos EUA, o maior exportador mundial de produtos agrícolas, a renda líquida do agricultor em 2007 será de US\$ 87 bilhões, 50% a mais do que a média dos últimos 10 anos. Outros beneficiários, pelo aumento da eficiência e dos preços, são países em desenvolvimento, como o Brasil, a Argentina, a Índia, a África do Sul e alguns outros africanos.

A intervenção do governo por meio de subsídios e barreiras comerciais acarretou um elevado custo para os países em desenvolvimento. As tarifas aumentaram, houve perda de qualidade, superprodução e altos preços internacionais que tanto prejudicam os produtores, na maioria países em desenvolvimento. A redução dos subsídios nos EUA e na Europa ajudaria a alterar substancialmente esse quadro.

Finalmente, poderá haver um importante efeito político gerado pela 'agflation'. A escassez de alimentos e o alto preço das commodities agrícolas, num contexto internacional

mais aberto, poderão mudar o equilíbrio de poder na economia mundial em benefício dos mercados emergentes.

O Brasil está muito bem posicionado para ser um dos principais países favorecidos por essa tendência. Tanto em pesquisa e na extensão de terras agriculturáveis quanto na produção agrícola, do etanol e do biodiesel, o Brasil goza de vantagens competitivas importantes. Isso representa uma enorme oportunidade que não podemos deixar passar.

***Rubens Barbosa, consultor de negócios, é presidente do Conselho de Comércio Exterior da Fiesp**

Ajudando o inimigo - Onofre Carlos de Arruda Sampaio – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 14/02/2008

A exportação de commodities agrícolas é, inequivocadamente, a grande responsável pelo superávit da balança comercial brasileira, gerando trabalho e divisas.

O Brasil dispõe de substancial vantagem competitiva em relação a esses produtos, representada pela extensão territorial, pelo solo e clima favoráveis e por uma agroindústria moderna. Esta opera com a necessária economia de escala, com sistemas logísticos sofisticados e com fundamento técnico consolidado desenvolvido aqui por instituições como a Escola Superior Agrícola Luiz de Queiroz, o Instituto Agrônomo de Campinas, o Instituto de Economia Agrícola, a Embrapa e muitas outras espalhados pelo País.

Mas nada é fácil nesses mercados mundiais em que governos de países com economias setoriais menos competitivas têm feito de tudo e mais um pouco para proteger os produtores locais, invalidando o quanto podem a premissa, por eles mesmos tão apregoada, da prevalência da vantagem competitiva. Quando elas não lhes são favoráveis, as regras do mercado são ignoradas.

Quando isso ocorre a ação política desses governos estrangeiros tem consistido em criar e conceder subsídios, ostensiva ou dissimuladamente, aos produtores locais, em elevar tarifas alfandegárias e em instituir barreiras regulatórias especiosas e casuísticas, exclusivamente para impedir o ingresso de produtos estrangeiros. Neste momento o Brasil enfrenta restrições às suas exportações de carne bovina, frangos, suínos, suco de laranja e etanol. Nem mesmo as reclamações à Organização Mundial do Comércio (OMC) têm conseguido sucesso definitivo contra essas medidas protecionistas.

Mas o pior mesmo ocorre quando essas restrições 'técnicas' se mostram insuficientes e os países importadores lançam mão de argumentos que fabricam restrições morais ao consumo dos produtos brasileiros para desqualificá-los aos olhos dos consumidores, que, de outra forma, não aceitariam pagar mais pelo que podem obter por menos.

No dia 24 de janeiro o alvo escolhido foi a produção brasileira de açúcar e álcool. O canal norte-americano Bloomberg Television tratou da produção brasileira de etanol, mostrando-a, nada mais, nada menos, como generalizado fruto de trabalho subumano. *Deadly Brew: The Human Toll of Ethanol*, ou seja, *Mistura Mortal: O Custo Humano do Etanol* foram o título e a forma escolhidos para estigmatizar, numa extensa reportagem, a produção brasileira de etanol. Uma reportagem que, declaradamente, deveria tratar das vantagens e das desvantagens econômicas desse produto, como fonte de energia renovável, revelou inusitada tendenciosidade, ao focar e dar destaque de forma desproporcional a situações episódicas, propositalmente pinçadas com extremo zelo e casuísmo, relacionadas ao trabalho de corte da cana. A matéria foi tão tendenciosa que chegou a conter a declaração de que os carros no Brasil seriam 'movidos a sangue humano'.

O presidente da União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (Unica), Marcos Jank, entidade que representa mais da metade da produção brasileira de açúcar e de etanol, repudiou de pronto o que foi divulgado pela Bloomberg em seu programa televisivo, contestando o caráter incompleto da pesquisa jornalística que teria servido de base para a matéria, identificada como sensacionalista, e convidou o diretor-executivo da Bloomberg, Michel Clancy, para visitar a instituição, assim como as plantações e as usinas dos seus associados, certamente na esperança de que tudo seja esclarecido e de mostrar que os dados apresentados na matéria resultaram apenas, e tão-somente, de um erro de avaliação do canal de TV.

Com o preço do petróleo a US\$ 100 e com as candentes questões ambientais decorrentes do seu uso, a reconhecida capacidade do Brasil na produção e na exportação de energia renovável a partir do etanol, originário da cana-de-açúcar, a um custo muito inferior ao dos demais produtores mundiais, em especial daqueles localizados em países com alto nível de consumo, como os Estados Unidos, em que o etanol de milho é incomparavelmente mais caro que o etanol de cana brasileiro, não é de estranhar mais essa tentativa de desqualificar o produto brasileiro aos olhos dos seus potenciais consumidores.

Da nossa parte, como brasileiros, seria mesmo ingenuidade imaginar que pudéssemos passar sem ataques desse tipo, muito bem orquestrados pelos nossos adversários, nessa guerra comercial por eles já declarada. O que chama a atenção, neste caso, é que os detratores da produção brasileira de etanol puderam contar, para isso, com declarações de algumas de nossas próprias autoridades, que serviram de instrumento a essa tentativa de denegrir pública e internacionalmente a imagem do País.

Em razão disso é bom lembrar que é fato que os entendidos divergem a respeito dos rumos da economia mundial e da profundidade da crise dos mercados financeiros, mas não parece haver divergência quanto a achar a economia brasileira fortemente lastreada na atividade agroindustrial, aqui realizada com exemplar competência, e nas exportações de suas commodities. Seria, portanto, muito importante que, sem esquecer da necessidade de fazer a lição de casa para corrigir nossas deficiências verdadeiras, as autoridades brasileiras levassem em conta as conseqüências de declarações ingênuas e de atitudes pouco sensatas que possam vir a ajudar nossos adversários comerciais em sua guerra contra nossa agroindústria exportadora.**Onofre Carlos de Arruda Sampaio é advogado em São Paulo*

A estratégia do governo brasileiro em realizar coalizões no eixo Sul-Sul em meio às negociações da Rodada Doha, para a liberalização do comércio global no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), é vista como bastante positiva pelo professor do departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) e do Instituto de Relações Internacionais da universidade (IRI-USP), Amâncio Jorge de Oliveira, especialmente com a formação do G20 (grupo dos países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia criado na reunião ministerial de Cancún em 2003) e do Ibsa (acordo trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, firmado também 2003).

"Houve um crescimento do papel do Brasil e da Índia nas negociações. Eles passaram a ser países chaves nos diálogos da OMC. Não é concebível se fechar um acordo sem que esses países tenham uma voz preponderante nas reuniões. E, em certa medida, essas coalizões foram instrumento da liderança do Brasil e da Índia nessas negociações, a despeito de eles terem interesses bastante diferentes", disse Oliveira.

O professor lembrou que, naquela época, as coalizões do tipo Sul-Sul eram inesperadas pois as anteriores eram pautadas por questões políticas e "pela idéia da velha e boa divisão norte e sul do cenário econômico internacional", disse.

Oliveira, que também é coordenador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni) da USP, foi, em parceria com a professora do IRI e pesquisadora do Caeni, Janina Onuki, organizador dos textos do livro "Coalizões Sul-Sul e as negociações multilaterais: os países intermediários e a coalizão Ibsa", lançado recentemente pela editora Mídia Alternativa. Os dois professores compartilham a opinião de que o Brasil, ao priorizar o Ibsa e o G20, deixou de lado o Mercosul na pauta da política externa governamental.

De acordo com Oliveira, o livro não está preocupado com ideologias. Ele busca ser mais uma ferramenta de entendimento das estratégias das negociações comerciais tanto para o meio acadêmico quanto para o empresarial. "O livro foca interesses econômicos e conclui que, embora haja um componente de crítica sobre a ênfase dada ao multilateralismo pelo governo brasileiro e o papel central dessas coalizões, os ganhos que o Brasil teria numa negociação bilateral seriam pequenos por que os temas que o Brasil tem mais interesse só teriam chances na OMC mesmo", disse.

O professor deu um recado para os críticos da política externa multilateralista do governo atual. "Seria ingênuo imaginar que o Brasil ganharia em um bilateral o que ele não ganhou em um multilateral. Essa foi uma cartada muito cautelosa do Brasil para defender seus interesses na OMC, mas ela foi dada por falta de opção. O bilateral não ia resolver o problema brasileiro."

Iniciadas em 2001 na capital do Catar, a Rodada Doha, após inúmeras interrupções, atravessa hoje um momento crítico. Se ela não for concluída até final do ano, ou seja, antes das eleições presidenciais dos Estados Unidos, correrá o risco de ficar travada por vários anos, o que colocaria em xeque a existência da própria OMC, na opinião de alguns negociadores e especialistas.

Oliveira se designa um "otimista mas não eufórico" com relação às expectativas de sucesso da Rodada Doha e a conseqüente manutenção da credibilidade da OMC como um órgão de negociação comercial. "Independente do resultado de Doha, a OMC se mantém com um papel central e não perderá sua força. Pode-se imaginar uma baixa do ponto de vista de inovação, mas ela não necessariamente morrerá", disse.

Mudança de paradigmas - A crise financeira dos EUA, na opinião de Oliveira, deverá ajudar a melhorar o comércio dos países emergentes. "Uma recessão nos EUA vai direcionar o foco para países emergentes até por uma questão estrutural. E com isso, acaba sendo uma solução natural, especialmente do ponto de vista dos exportadores, mas também do investidor estrangeiro direto."

O sistema, avaliou, está se despolarizando especialmente em um momento em que países do Sul estão aumentando seus investimentos no Norte. "Os EUA perdem espaço para os mercados emergentes que estão ficando cada vez mais ricos e mais poderosos. E isso tem impacto na dinâmica do comércio mundial, certamente", disse.

Oliveira acredita que uma recessão nos EUA terá impacto nos demais países em desenvolvimento mas não da forma arrasadora. "Agora a mudança de paradigma está na questão é que a vulnerabilidade desses países mudou drasticamente. Eles tem fundamentos melhores, mais cacife para agüentar o tranco. Impacto, vai ter mas a situação mudou porque esses países estão menos vulneráveis."

Outro fato considerado uma mudança de paradigma por Oliveira é o de países como Brasil e Índia se tornarem investidores internacionais. "A importância dos acordos comerciais é enorme, mas na ausência desses acordos e na presença de barreira nos grandes centro, países como Brasil e Índia estão se tornando investidores. E com isso driblando problemas de protecionismo e barreiras investindo no exterior, o que dirimiu bastante a relevância dessa liberalização via a OMC. Não estou dizendo que essa via é eliminada. Existe uma outra maneira, uma estratégia alternativa que é a internacionalização da suas empresas", explicou.

O livro "Coalizões Sul-Sul..." foi resultado de um trabalho de pesquisa patrocinado pela Ford Foundation em 2005, ressaltaram os professores. Segundo eles, um segundo trabalho já está sendo feito com uma preocupação de comparar o papel do legislativo e dos governos estaduais no Brasil e na Índia nas negociações comerciais.

Governo segue cartilha da OMC para evitar protestos – Gazeta Mercantil – 18/02/2008

Ao editar a Medida Provisória 418, o governo acredita ter eliminado qualquer brecha para que a criação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) seja contestada por outros países. O Brasil pode até ter adequado as regras que regulamentam tais áreas às normas da Organização Mundial do Comércio (OMC). "A lei cria mecanismos tributários. Não são subsídios", sublinha o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Welber Barral. Provavelmente não conseguirá, no entanto, evitar os protestos dos parceiros.

A MP esclareceu quais benefícios fiscais serão dados às empresas instaladas nas ZPEs. Seguiu o roteiro ditado pela OMC: só suspendeu a cobrança de impostos indiretos.

O Itamaraty não escondia o desconforto com o texto anterior da lei. Sabia que a isenção de Imposto de Renda (IR), por exemplo, certamente seria bombardeada no organismo internacional. Os parceiros do Mercosul acompanham com lupa a iniciativa. Na semana passada, em reunião da comissão bilateral instituída para azeitar as relações comerciais bilaterais, funcionários do governo argentino cobraram explicações dos colegas brasileiros. A Argentina, que já tenta barrar as exportações brasileiras de mercadorias produzidas na Zona Franca de Manaus, teme os efeitos das ZPEs. Uruguai e Paraguai também podem chiar.

Agenda difícil desafia Lula e Cristina - Denise Chrispim Marin, Brasília – Estado de São Paulo – 18/02/2008

Comércio de trigo, acordo automotivo e gás boliviano estão entre os temas que o brasileiro tratará em visita à Argentina

O desafio do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de inaugurar uma agenda positiva com a nova presidente argentina, Cristina Kirchner, tende a ser dificultado por três recentes imbróglis.

A visita do presidente brasileiro a Buenos Aires, no próximo dia 22, será marcada por desavenças sobre o comércio de trigo e a resistência da Argentina ao livre comércio automotivo, que começaria em julho. Os riscos de desabastecimento de energia elétrica em ambos os países no inverno serão confrontados, no dia seguinte, com a posição do governo Evo Morales, da Bolívia, que antecipou não ter capacidade de prover seus vizinhos com o volume de gás natural previsto nos contratos que firmou.

O presidente Lula deverá desembarcar na noite de quinta-feira na Argentina, munido de um discurso em prol de uma agenda positiva, alicerçada no crescimento de 169% no comércio bilateral desde 2003.

Esse esforço tenderá a ser correspondido por Cristina Kirchner, apesar de seu país ter caído do segundo para o terceiro lugar entre os principais provedores de bens ao Brasil.

Cristina Kirchner e Lula deverão exibir à imprensa acordos de cooperação nas áreas nuclear e militar - que prevê a construção conjunta do veículo blindado Gaúcho - e uma certa proximidade colhida dos encontros oficiais anteriores. Ambos já acertaram a realização de uma reunião semestral para tratar de divergências e para aprofundar a relação dos dois países. Mas não conseguirão fugir dos dilemas que assombram os interesses nacionais.

O mais sensível será decidir qual dos países - Argentina, Brasil e Bolívia - racionará eletricidade neste inverno. Na última quarta-feira, em Brasília, o vice-presidente boliviano, Álvaro García-Linera, avisou que seu país não terá condições de remeter o volume máximo de gás previsto nos contratos com o Brasil - de 30 milhões de metros cúbicos ao dia - e com a Argentina, de 7,7 milhões. Sugeriu que, para elevar o envio ao mercado argentino, precisaria de redução voluntária da demanda da Petrobrás.

ALIANÇA - A aliança entre Bolívia e Argentina, no encontro do dia 23, é considerada inevitável. Um possível acordo trilateral, portanto, dependeria da desconsideração da avaliação técnica e de concessões políticas do governo Lula que podem afetar a capacidade de atendimento da demanda nacional de energia nos próximos meses. Na última quinta-feira, a Petrobrás avisou que não abrirá mão de solicitar o volume máximo de gás à Bolívia. “Nossas relações com a Argentina nunca estiveram melhores”, afirmou ao Estado o assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia. “Para quem aposta que haverá apagão, essa questão é um prato cheio. Assim como no ano passado, vamos resolver o problema neste ano.”

Além desse impasse, os argentinos queixam-se da redução da tarifa de importação de 10% para zero para uma cota de 1 milhão de toneladas de trigo, válida até o dia 30 de junho. A medida foi tomada logo depois de a Argentina ter liberado as exportações de 3 milhões de toneladas ao mercado brasileiro. O Brasil, entretanto, insistiu em que essa quantidade não seria suficiente para eliminar o risco de desabastecimento e manteve a cota, que beneficiará produtores do Canadá e dos Estados Unidos.

Na área automotiva, a previsão de livre comércio a partir de julho, como estava estabelecido no acordo bilateral em vigor, mais uma vez foi abortada pelos argentinos. O

Brasil espera a livre troca de bens do setor desde o fim de 1999. Uma vez mais, deverá insistir para a renovação do atual acordo por cerca de 18 meses - período no qual tentaria negociar um sistema mais sofisticado de atração de investimentos.

OMC: crise nos EUA pode elevar barreiras comerciais – O Globo – Economia – 18/02/2008

PARIS - diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, advertiu sobre “o perigo de um retorno do protecionismo” nos países ocidentais diante do arrefecimento do crescimento de suas economias, especialmente nos Estados Unidos, e de turbulências nos mercados financeiros.

Em entrevista publicada ontem no francês “Journal du Dimanche”, Lamy considera que, se China e Índia seguirem se expandindo à razão de 10% ao ano, uma variação de 1% no crescimento dos EUA tem menos importância para a economia mundial do que no passado. Mas, para que esta dinâmica asiática tenha todo seu efeito, afirmou, os países devem evitar ceder à tentação do protecionismo: — Uma reação de medidas protecionistas em cadeia seria mais prejudicial, porque somos mais interdependentes.

Com “os temores que a força da globalização” cria na opinião pública, especialmente para a proteção dos empregos, o comércio internacional se transforma em “bode expiatório”, seja qual for a alegação racional que possa ser feita a favor da economia aberta, ressaltou ele.

Emergentes têm direito a mais peso nas negociações, diz ele Lamy considera factível que se possa fechar o conjunto da negociação atual de liberalização comercial antes do fim do ano, quando for dado “um passo importante” no período da Páscoa em temas como as subvenções agrícolas e as tarifas.

À medida que parte do crescimento mundial depende das economias dos emergentes, explica Lamy, estes têm que poder “expressar suas vantagens comparativas e sua capacidade de crescimento”, o que significa que se satisfaça algumas de suas reivindicações, especialmente as agrícolas.

Entre as atuais turbulências e o fato de que os grandes países emergentes têm direito a um peso mais forte na mesa de negociações comerciais, “existe uma coincidência, que pode ser favorável”, assinala ele. Lamy acredita ainda que o arrefecimento econômico deveria levar os EUA e os europeus a aceitar a redução de suas subvenções agrícolas, mas somente se, em contrapartida, houver abertura dos mercados, da indústria e dos serviços, em países como Brasil, China, Índia, Indonésia e África do Sul.

UE rejeita proposta da OMC para Doha - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/02/2008

O ministro da Agricultura da França, Michel Barnier, anunciou ontem que 20 dos 27 países da União Européia (UE) rejeitaram a última proposta da Organização Mundial do Comércio (OMC) para a conclusão de um acordo global na Rodada Doha. O grupo considerou que a proposta resultaria em muitas perdas ao setor agrícola europeu.

“Preferimos não ter acordo a ter um acordo ruim”, disse o francês, após encontro realizado com seus pares de 20 países membros do bloco. Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca, República Checa, Estônia, Letônia e Malta não participaram da reunião, em Bruxelas.

O grupo discutiu as propostas apresentadas pela OMC no dia 8 de fevereiro. O plano pedia que a UE aprofundasse os cortes em tarifas de importação sobre produtos agrícolas.

A reação dos europeus põe em evidência a divisão entre nações ricas e pobres na OMC, que há anos não conseguem um acordo para concluir Doha.

Na semana passada, a Comissão Europeia, órgão executivo da UE, disse que as propostas agrícolas feitas pela OMC eram críveis, mas lhes faltava equilíbrio quando eram comparadas com outras áreas-chaves das negociações, como bens industriais e de serviços.

A França tem dito que não fará concessões na área agrícola. O país é o maior beneficiário individual dos subsídios da UE nessa área, avaliados em mais de 40 bilhões por ano. Barnier disse também que vários chefes de Estado e de governos europeus escreveram ao presidente da Comissão Europeia, José Manuel Barroso, advertindo com relação aos pontos negativos da proposta da OMC.

Em compensação, o comissário de Comércio da União Europeia, Peter Mandelson, disse estar disposto a considerar a proposta se outros integrantes da OMC fizerem sacrifícios semelhantes.

AMORIM OTIMISTA - A decisão de 20 dos 27 países da União Europeia de rejeitar a última proposta de acordo agrícola da Rodada Doha não abalou o otimismo do governo brasileiro. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou ontem que acredita que a União Europeia esteja firmemente engajada em uma conclusão bem-sucedida das negociações da OMC, apesar das resistências internas no bloco.

“Se são 20 dentro de 27, há esperança”, afirmou Amorim, ao lado do também otimista chanceler da Índia, Pranab Mukherjee, que realizava uma visita oficial a Brasília.

“As propostas de acordo nas áreas agrícola e de indústria/serviços não satisfazem a todos. Mas temos a responsabilidade de negociar, e isso vai além dos interesses localizados”, completou.

Para Amorim, a incerteza nos rumos da economia mundial impõe mais urgência à conclusão da Rodada Doha. O ministro indiano acrescentou que todos os parceiros da OMC estão conscientes de que, na proposta de acordo agrícola, há 127 colchetes.

Trata-se da forma de destacar, no texto, os temas sensíveis que ainda estão em negociação. Brasil e Índia lideram o G-20, grupo de economias em desenvolvimento que exige dos países ricos maior abertura do mercado agrícola e corte nos subsídios ao setor. “Essas divergências podem ser conciliadas se todos mostrarem interesse na conclusão da rodada”, afirmou Mukherjee.

Economia da AL está em declínio, aponta sondagem – Pedro Soares – Folha de São Paulo – 21/02/2008

Apesar da crise nos Estados Unidos, a economia da América Latina vive um momento de "declínio", mas não ainda de recessão, aponta Sondagem Econômica do IFO (Instituto para Pesquisa Econômica da Universidade de Munique, na sigla em inglês), divulgado ontem, no Rio de Janeiro, pela FGV (Fundação Getúlio Vargas).

Segundo a pesquisa, o índice de clima econômico da região cedeu de 5,6 pontos em outubro de 2007 para 5,2 pontos em janeiro deste ano. Está, porém, acima de 5, o que representa ainda um quadro positivo.

A piora se deveu às expectativas futuras, cujo índice recuou de 4,7 para 4,1 pontos -neste caso, os especialistas já esperam uma recessão nos próximos meses por conta da crise norte-americana, diz a FGV.

Já a avaliação sobre a situação atual se manteve praticamente estável: saiu de 6,4 pontos em outubro para 6,3 em janeiro passado.

A sondagem ouviu 124 especialistas da AL, mensurando a opinião por meio de pontos: 1 para respostas que indicam piora, 5 para as que apontam situação similar e 9 para as que sinalizam melhora. É feita uma média das respostas.

Segundo Lia Vals, economista da FGV, a região está agora mais "blindada" contra crises, com mais reservas e indicadores econômicos melhores.

Entre os países da região, o Brasil vive uma situação confortável, com níveis recordes de reservas e menor dependência do setor externo para crescer, diz a FGV. Talvez por isso o país seja um dos mais bem avaliados da região: o índice de clima econômico (6,4) é o quarto mais alto, ao lado do do Paraguai.

Os bens ambientais no comércio internacional – Sílvia Pinheiro – Gazeta Mercantil – 21/02/2008

Uma corrente de estudiosos, com destaque para o economista da Universidade de Cambridge e Prêmio Nobel, Amartya Sen, vem discutindo as relações entre crescimento econômico e desenvolvimento. A despeito das distintas interpretações sobre os fatores que mais contribuem para o segundo, concordam os economistas que inexistem relação de causa e efeito linear e previsível entre os dois fenômenos. Há países que crescem economicamente, permanecendo as disparidades sociais e os terríveis descasos com o meio ambiente.

Este é o caso daqueles dependentes da venda de petróleo ou de quaisquer outras matérias-primas presentes em fatura, configurando o que Joseph Stiglitz chama de paradoxo da abundância.

Do outro lado, situam-se os que fizeram do crescimento fundado nas exportações, de um ou outro produto específico, oportunidade para a diversificação e desenvolvimento em sua definição mais ampla, graças à adoção de políticas internas voltadas para esse objetivo.

Fato é que, seja por razões éticas, de sobrevivência ou materiais, o desafio para os países na atualidade, não é mais o crescimento econômico, mas sim, o desenvolvimento sustentável. Crescer distribuindo e atento ao meio ambiente é, sem dúvida, mais caro, trabalhoso, demanda vontade política e coerência nos fóruns internacionais.

Efetivamente, a sustentabilidade passa de privilégio dos ricos a obrigação para os mais pobres. Condições indignas de trabalho e processos produtivos poluentes passam a ser boas

desculpas para a adoção de medidas protecionistas. Em um cenário positivo a inclusão pelas empresas de tais externalidades no custo de produção, agrega-se mais valor aos bens exportados.

Não é por outra razão que tais temas romperam os limites das organizações não-governamentais ambientais e de direitos humanos, chegando à Organização Mundial do Comércio (OMC). Em 1994, no bojo da Rodada de Doha, foi criado o Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente na OMC.

Este buscou responder à demanda da Rodada, por um órgão técnico e neutro para análise das relações entre comércio e meio ambiente. Atualmente, é neste comitê que se discute a lista de bens ambientais, saída encontrada pelos países membros para incentivar o comércio de produtos que contribuem para a redução da poluição e do aquecimento global.

Ocorre que, além de saída claramente artificial, por não atingir o âmago da questão, ignora a idéia da responsabilidade compartilhada e diferenciada pela preservação do meio ambiente, constante dos acordos multilaterais ambientais. Ao contrário, em vez de possibilitar, por meio da lista, a disseminação de tecnologia limpa para redução de emissões, o processo de negociação dos critérios e definição de bens ambientais, revela manobra tendente a satisfação exclusiva de interesses nacionais em tema de interesse coletivo.

Da lista constam produtos como bicicleta, secador de roupa, aspirador de pó, discos compactos (CD) entre outros, cujas barreiras à importação deverão ser eliminadas pelos países membros da OMC em nome do desenvolvimento sustentável.

O mais irônico, no entanto, é a resistência quanto a inclusão dos produtos agrícolas, em especial biocombustíveis, na referida lista. São desnecessários comentários sobre a contribuição dos mesmos para a redução de gases poluentes, mas e os CD?

É inútil a elaboração de uma lista de bens ambientais em meio à lógica mercantilista que parece persistir no âmbito da OMC. Incentivar a circulação de mercadorias ditas ambientais, livres de barreiras, por meio de negociação em que a pressão dos mais poderosos ainda é fator determinante, contribuirá, principalmente, para a concentração de tecnologia limpa nas mãos de poucos, contrariando frontalmente, as expectativas dos acordos ambientais existentes.

É importante lembrar que a saúde humana, animal e do meio ambiente é valor universal, não devendo situar-se em meio às barganhas e métodos de negociação típicos das relações comerciais. Na relação entre comércio e meio ambiente, o comitê criado na OMC deveria estar atento aos impactos que a aprovação da lista de bens ambientais produzirá sobre as regras e princípios constantes dos acordos internacionais ambientais existentes. Deveriam refletir acerca de nosso futuro comum.

Só McCain defende o livre comércio – David Wessel – Valor Econômico – 21/02/2008

As virtudes do comércio internacional e a pressão da globalização sobre os trabalhadores americanos vêm ganhando importância na campanha presidencial dos Estados Unidos, mesmo depois de os candidatos mais contrários ao livre comércio já terem abandonado a corrida.

O senador John McCain, do Partido Republicano, é o defensor do livre comércio nesta campanha. "Precisamos continuar eliminando barreiras ao comércio externo porque 95% dos compradores do mundo vivem fora dos EUA", disse ele recentemente no Estado de Michigan, onde o desemprego é de 7,6%, o mais alto do país. "Precisamos tornar as fábricas competitivas através da diminuição dos custos com saúde, cortes de impostos e a abertura de novos mercados."

No Senado, McCain tem sido um partidário consistente do livre comércio - seja do Acordo de Livre Comércio da América do Norte, o Nafta, ou do tratado com a Coreia do Sul, ainda pendente, que até mesmo alguns defensores do comércio internacional consideram falho.

Por outro lado, os senadores Hillary Clinton e Barack Obama, que disputam a candidatura pelo Partido Democrata, estão brigando para ver quem se opõe mais ao livre comércio. Enquanto brigam para vencer em Ohio (desemprego: 6%), nenhum dos dois quer o manto do ex-presidente Bill Clinton, que abandonou o discurso populista de sua campanha de 1992 e se tornou o grande defensor do Nafta e da entrada da China na Organização Mundial do Comércio.

É difícil distinguir qual é a posição dos dois. No Senado, tanto Clinton como Obama votaram recentemente a favor de um acordo com o Peru. Ambos votaram contra um acordo com a América Central e se opõem ao tratado com a Coreia do Sul.

Os dois apoiaram punições à China por manter a sua moeda artificialmente desvalorizada e são a favor do plano do candidato democrata à campanha presidencial de 2004, John Kerry, de usar as leis tributárias para recompensar empresas que mantiverem empregos nos EUA, apesar de Obama apoiar mais abertamente. Ultimamente, os dois vêm disputando para ver quem é mais contrário ao Nafta. Contudo, no fim das contas, nenhum deles eliminaria totalmente o acordo. Hillary iria "revisá-lo (...) e trabalhar em conjunto com nossos parceiros comerciais para fazer os ajustes necessários". Obama diz que vai "trabalhar para corrigi-lo".

Antigos assessores presidenciais de Bill Clinton dizem que Hillary era uma defensora leal, mas geralmente sem muito entusiasmo, da postura favorável do marido à globalização. Por conta disso, os democratas favoráveis à globalização desconfiam dela há bastante tempo.

No começo da campanha, Obama soava como o ex-presidente Bill Clinton. "Como (o secretário do Tesouro de Clinton) Bob Rubin, eu estou otimista em relação (...) à capacidade dos trabalhadores americanos de concorrer num mundo com livre comércio - mas somente se distribuirmos os custos e os benefícios da globalização de modo mais justo", escreveu ele num livro publicado em 2006. Os presidentes de grandes empresas que integram a associação Business Roundtable dizem quase que a mesma coisa.

Mas se Bill Clinton estivesse concorrendo à Presidência, provavelmente ele distanciaria a atual campanha de seus oito anos no poder. São os eleitores, estúpido.

Em dezembro, uma pesquisa de opinião conduzida pelo "Wall Street Journal" e a rede de TV NBC perguntou aos americanos se o caráter cada vez mais globalizado da economia dos EUA é bom ("porque abriu novos mercados e criou mais empregos") ou ruim ("porque

sujeitou as empresas americanas e seus empregados a concorrência desleal e mão-de-obra barata"). Por 58% a 28%, os entrevistados disseram que é ruim.

Por outro lado, em agosto de 2007, a mesma pergunta obteve uma resposta muito menos hostil: 48% acharam ruim e 42% bom. (O restante não sabia ou considerou a globalização igualmente boa e ruim.) O presidente George W. Bush fez pouco para acalmar o nervosismo dos cidadãos; até mesmo alguns de seus próprios assessores não defendem a sua rejeição à proposta democrata de ajudar os trabalhadores prejudicados pelo livre comércio.

Então o que acontecerá depois da posse, em 20 de janeiro? Até McCain, se estiver ansioso para levar adiante os acordos de livre comércio da era Bush, provavelmente enfrentará um Congresso dominado pelos democratas e eleito por um público que, embora compre roupas de baixo importadas no Wal-Mart, acredita que a globalização está prejudicando os seus salários.

Nem Clinton nem Obama devem conseguir fazer muito em relação aos acordos de livre comércio já efetivos, apesar da retórica de campanha. Os discursos em favor de novas barreiras, no calor dos holofotes da campanha no centro dos EUA, também não levarão a nada. As tarifas Smoot-Hawley, concebidas na década de 30, durante a Grande Depressão, não voltam mais. O democrata mais rígido em relação ao comércio, o ex-senador John Edwards, já abandonou a corrida à presidência.

A dúvida é o que acontecerá daqui para a frente. E a resposta mais provável em relação ao comércio é que não vai acontecer muita coisa. À parte um improvável avanço na Rodada Doha de negociações do comércio mundial, nenhum democrata deve dar prioridade a novos acordos - mesmo que sejam renegociados para incluir padrões ambientais e trabalhistas.

O destino do acordo com a Coreia do Sul será o teste mais importante a ocorrer no curto prazo: é uma economia grande, muito mais importante que a do Peru ou do Panamá. O novo governo sul-coreano pode estar disposto a reabrir as negociações para salvá-las de um presidente democrata contrário ao acordo. Mas mesmo que Obama vença, a "moratória" nos acordos de livre comércio que Hillary propõe é o mais provável. E isso pode acabar se transformando no caminho para manter a parte benéfica da globalização, que neste momento perderia se fosse sujeita a um voto de "sim ou não".

O nervosismo com a globalização existente em boa parte do eleitorado americano espelha um sentimento de insegurança econômica e de que o país não está distribuindo a renda para todos. Modificar acordos comerciais ou criar outro programa de apoio aos trabalhadores prejudicados pelas importações não eliminará esses temores.

Uma "moratória" para tentar corrigir as falhas do sistema americano de saúde e para melhorar e expandir os programas de auxílio para ensinar os trabalhadores a lidar com a tecnologia e a concorrência internacional pode ser a solução de longo prazo para preservar os benefícios da globalização.

Emergentes estão menos vulneráveis – Jornal do Brasil – 21/02/2008

Os países emergentes, como Brasil, China e Índia, estão menos vulneráveis a crises internacionais do que há 10 anos. A afirmação é da coordenadora de projetos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Lia Valls Pereira, que divulgou ontem o Índice de Clima Econômico (ICE) da América Latina, feito pelo Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de Munique (IFO) a cada três meses.

A conclusão da pesquisa mundial é que a recente crise de crédito nos Estados Unidos, que contaminou os mercados financeiros ao redor do mundo, alterou mais o cenário econômico dos países desenvolvidos, principalmente os da União Européia (UE) do que os da América Latina.

- O Brasil, por exemplo, tem mais capacidade de contrapor os efeitos de uma crise. Estamos mais bem preparados. Há um volume muito alto de reservas, o capital de fora continua entrando - observou Lia.

Talvez por isso o país seja um dos mais bem avaliados da região: o índice de clima econômico (6,4) é o quarto mais alto, ao lado da taxa do Paraguai.

América Latina

O ambiente para negócios na América Latina mostrou um ligeiro declínio em janeiro, recuando 0,4 pontos em relação à pesquisa feita em outubro, fechando em 5,2 pontos.

- A última sondagem, feita em outubro de 2007, mostra que o ICE do Chile teve a maior queda - relata a pesquisadora. - Seu índice caiu de 6,6 para 5,3, devido ao corte de energia e ao apagão anunciado pelo governo. Os outros países latino-americanos tiveram pequenas diferenças no índice, mas todos devido a problemas internos. O México foi o único país em que o ICE caiu devido à crise americana.

- Se for analisado o ICE da América Latina, pode-se esperar uma desaceleração do crescimento econômico. Mas como a situação atual em grande parte dos países é considerada muito favorável, ainda há algumas dúvidas - afirmou Lia.

Em relação a outubro, houve piora mais significativa do ICE nos países desenvolvidos. Os últimos dados mostram que o índice de clima econômico na UE caiu bastante, enquanto que na América Latina houve uma redução muito pequena, mostra o estudo.

Em relação aos Brics (Brasil, Rússia, China e Índia), Lia destaca que, com exceção do Brasil, todos apresentam estabilidade ou maior confiança em relação às expectativas futuras sobre a economia. Na Europa e Estados Unidos, esse índice continua em queda contínua, com índices bem abaixo dos outros países.

Na Europa, por exemplo, o ICE variou de 4,2 em outubro, para 3,6 no mês passado. Nos Estados Unidos, o índice caiu de 3,9 para 3,1.

Lobby verde de Lula convence ricos - Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Brasil - 22/02/2008

A novidade não estava no discurso, mas na reação da platéia. Ontem, no auditório do Itamaraty, em Brasília, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu, mais uma vez, sua defesa eloqüente aos biocombustíveis e seu papel no combate ao aquecimento global. "Os biocombustíveis têm que estar no centro de uma estratégia global de proteção ao meio ambiente", disse Lula. Quem o escutou, desta vez, foram uns 100 parlamentares dos países mais ricos do mundo e dos cinco emergentes, o grupo batizado de G8+5. Eles capitularam ao lobby verde: reconheceram sua importância na redução dos gases estufa e vão recomendar aos governos que reforcem a posição dos biocombustíveis nos acordos internacionais do clima. Fizeram só uma ressalva - mais comercial do que ambiental.

No documento final dos membros do Globe, uma organização internacional de legisladores que promove diálogos sobre mudanças climáticas e ecossistemas, os biocombustíveis receberam aval positivo assim como a liderança do Brasil no setor. A idéia é levar tudo à próxima reunião do G8+5, em julho, no Japão. As recomendações percorrem o caminho habitual - de que a produção seja sustentável e devidamente certificada. Lula garantiu, exibindo números do IBGE, que a produção de biocombustíveis no Brasil não concorre com a de alimentos e que não se está desmatando a Amazônia para fazer etanol. "Não há possibilidade de um cidadão brasileiro derrubar um pé de árvore na Amazônia para colocar lá uma cabeça de gado ou plantar uma oleaginosa", improvisou. "Não olhem o programa de biocombustíveis a partir do mapa da Europa, onde tudo está arrumado. Olhem como uma oportunidade para a África, para a América Latina."

O olhar dos parlamentares europeus ficou sutilmente enviesado. As taxações aos biocombustíveis devem ser revistas com urgência, concordam. Mas permaneceu entre colchetes - código usado nas negociações internacionais para sinalizar quando não há consenso em algum trecho - a frase que diz que este tema deveria ser prioridade na Rodada Doha da OMC. A objeção européia teve sotaque francês e alemão. Ainda há suspeitas da pressão que os biocombustíveis exercem sobre a floresta, justificaram. Estudo da Universidade de Minnesota, publicado recentemente na revista "Science", dá conta do prejuízo que cortar árvores para plantar cana representa na absorção do carbono da atmosfera. As reticências, esclareceu Michael Kauch, membro do parlamento alemão, são uma reação ao que ocorreu na Indonésia, onde florestas vieram abaixo para dar lugar ao plantio de palma.

A ressalva aos biocombustíveis pode até ter uma raiz ambiental. No caso americano, porém, as taxações protegem a produção de etanol do milho, mais cara e menos eficiente que o de cana, e a preocupação com a Amazônia ou o aquecimento global está em segundo plano. Curiosamente, quando o presidente Lula apareceu no encontro do Globe, um dia depois do previsto e sem presença confirmada até minutos antes, os parlamentares americanos haviam acabado de sair do plenário.

Além dos biocombustíveis, os parlamentares queriam avançar em um documento que sugerisse linhas gerais para o que vai acontecer depois de 2012, quando termina o primeiro período do Protocolo de Kyoto. Mas, ao final do evento, ficou ainda trabalho por fazer. "Não houve consenso nas metas", disse Michael Jay, representante do parlamento inglês. Os chineses já haviam avisado que não iam referendar nada porque não teriam recebido o rascunho do documento antes de vir ao Brasil. Limitaram-se a escutar e a exibir um vídeo onde se viam dezenas de termelétricas a carvão sendo derrubadas. "Estamos demolindo as antigas", disse Xu Jianmin, membro da delegação. Ele expôs um ponto de vista singular:

"30% das emissões de gases atribuídas à China não são nossas. Vêm da produção de artigos que, se não estivessem sendo feitos na China, estariam sendo produzidos em outro lugar."

Lula diz que Cuba poderia entrar pra Mercosul – Folha de São Paulo – 26/02/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem em entrevista a uma TV argentina que o Brasil não vai ajudar Cuba diretamente na transição de governo porque não seria "politicamente correto" e que Fidel Castro deixou o comando na hora certa. Mas o presidente quer contribuir para que Cuba "não volte a ser um cassino". Ele disse até que Cuba poderia entrar para o Mercosul.

Entrevista - Brasil pode definir êxito ou fracasso de Doha- Adriana Garcia – O Estado de São Paulo – 26/02/2008

WASHINGTON - Por sua liderança entre países emergentes, o Brasil terá um papel chave a desempenhar para o sucesso ou o fracasso da Rodada de Doha nos próximos meses, disse na segunda-feira a representante comercial norte-americana, Susan Schwab.

Em entrevista à Reuters, Schwab afirmou que os brasileiros têm consciência de suas "ambições" na rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC), que busca liberalizar o comércio mundial, ampliando o acesso de produtos agrícolas de países em desenvolvimento nos países ricos, em troca de uma maior abertura nas áreas de manufaturados e serviços.

"O Brasil tem absolutamente um papel crítico a desempenhar", disse Schwab. "Falando francamente, o Brasil pode fazer a diferença entre a rodada de Doha ser um sucesso ou um fracasso mais que qualquer outro país", acrescentou. Para Schwab, outros países emergentes procuram o Brasil por liderança, o que traz responsabilidades sobre como exercê-la.

"O Brasil tem noção de sua responsabilidade e eu espero trabalhar com o Brasil com a esperança de chegarmos a um acordo num futuro próximo", afirmou a chefe da área de comércio do governo Bush.

Ela, que se encontrou com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, mês passado na Suíça, indicou que tanto países ricos quanto pobres precisam fazer concessões para o sucesso das negociações.

Países emergentes como o Brasil e a Índia buscam a redução substancial de subsídios que os Estados Unidos e a União Européia concedem a seus agricultores. Os países ricos querem, em troca, obter acesso aos mercados emergentes na área de bens industriais e serviços.

"Os países emergentes avançados precisam contribuir para a liberalização do mercado, porque se não você não obtém o comércio sul-sul que também é necessário para promover o crescimento econômico", afirmou Schwab.

A principal negociadora americana afirmou que uma reunião ministerial sobre Doha ainda não foi marcada, mas disse que os negociadores continuam trabalhando na parte agrícola em Genebra. Mas ela admitiu que eles não têm tido muito sucesso, principalmente devido à resistência de alguns países em eliminar barreiras comerciais nesse setor.

"Eles não parecem estar fazendo muito progresso por lá", disse, advertindo que outros países podem ver uma "erosão" em sua disposição em abrir mercados para mais importações agrícolas por causa disso.

A expectativa agora é que os negociadores avancem o suficiente nessa área nas próximas semanas para que uma reunião ministerial ocorra entre o final de março e o começo de abril.

O governo do presidente George W. Bush espera, depois de mais de seis anos de negociações frustradas, superar as diferenças sobre o comércio agrícola e industrial e com isso obter um pacto comercial este ano, antes do final de seu mandato.

As negociações da rodada de Doha foram lançadas em 2001 e estavam previstas originalmente para durar quatro anos.

O novo texto para o tema agrícola tem 150 áreas de disputas que deveriam ser reduzidas a alguns assuntos-chave para que os líderes possam decidir sobre eles.

Schwab disse que a última versão do texto poderia reduzir os subsídios agrícolas americanos para 16,4 bilhões de dólares ao ano, contra um limite atual superior a 40 bilhões de dólares.

"Por qualquer definição, isso é um corte", disse Schwab.

Os países em desenvolvimento gostariam que o teto para os subsídios dos EUA ficasse perto dos 12 bilhões de dólares.

Ela acrescentou que não havia necessidade de o país fazer cortes adicionais, mas enfatizou que os Estados Unidos estavam preparados para fazer a sua parte para chegar a um acordo.

Importações devem aumentar medidas protecionistas, diz governo/entrevista - Iuri Dantas – Folha de São Paulo – 27/02/2008

Nova responsável pela defesa comercial do país, a advogada Miriam Barroca avalia que os exportadores brasileiros enfrentarão mais resistência e um número maior de investigações em outros países.

"A expansão das exportações torna mais comuns as investigações contra nossas empresas, de forma que o ministério atua em apoio à defesa das exportações brasileiras", afirmou a nova diretora de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, o crescimento expressivo das importações deve continuar exigindo a aplicação de tarifas antidumping provisórias para proteger a indústria nacional.

Em sua primeira entrevista desde a nomeação para o cargo, no mês passado, Barroca assinala que a entrada dos produtos chineses no país não merecerá atenção especial sua.

Ela não descarta, porém, que as vendas chinesas ao Brasil tornem-se alvo de um número maior de investigações. Leia abaixo trechos da entrevista, concedida por e-mail, a pedido de Barroca.

FOLHA - Quais os principais desafios da defesa comercial com exportações mais complexas e maior número de destinos?

MIRIAM BARROCA - Com o aumento contínuo do fluxo comercial brasileiro, a atuação na área de defesa comercial intensifica-se nas suas duas principais vertentes: aplicação dos mecanismos de defesa comercial e apoio ao exportador brasileiro. Isso porque, com o aumento das importações, maior é a probabilidade de ocorrência de práticas desleais de

comércio que provoquem dano à indústria nacional e que mereçam a atenção do governo para a aplicação de medidas de defesa comercial para resguardar nossa indústria.

Por outro lado, a expansão das exportações brasileiras torna mais comuns as investigações contra nossas empresas, de forma que o ministério atua em apoio à defesa das exportações brasileiras. Já no que se refere aos destinos das exportações brasileiras, o desafio do ministério está na atuação em apoio aos exportadores brasileiros em países de idiomas, culturas e ordenamentos jurídicos em muito diferentes do brasileiro, o que demanda um estudo da legislação do país de destino para que possamos auxiliar de forma adequada os exportadores.

FOLHA - As importações da China terão atenção especial?

BARROCA - Não há dúvidas de que a China está em destaque no cenário mundial, não somente pelas exportações mas pelo seu crescimento e desenvolvimento, que aumentam a cada ano.

É importante destacar que a simples existência de importação não permite concluir pela ocorrência de dano à produção brasileira.

O ministério realiza o acompanhamento das importações brasileiras, originárias de todos os países, por meio do sistema de acompanhamento Aliceweb, de acesso público.

Ressalto que todos os setores que se sentirem prejudicados pelas importações, de qualquer origem, e que tenham indícios de que os preços do produto importado são artificialmente menores, em razão de práticas desleais de comércio, poderão entrar em contato, a fim de que seja analisada a viabilidade de aplicação de uma medida de defesa comercial.

A China não será alvo de acompanhamento ou atenção especial. O que poderá acontecer, na prática, é que, em razão do aumento das importações de produto chinês, os pedidos de investigação contra as importações chinesas poderão ser mais frequentes.

FOLHA - O prazo das investigações, cuja média hoje gira em torno de oito meses, é satisfatório para a sra.?

BARROCA - A legislação brasileira, a exemplo da internacional, prevê que as investigações antidumping devem ser encerradas em 12 meses e, em casos excepcionais, em 18 meses. A diminuição do prazo das investigações para oito meses demonstra grande eficiência do ministério, que atuou em duas frentes: otimização das práticas internas e colaboração da indústria peticionária, apresentando as informações necessárias para a instrução do processo sem a solicitação de prazos adicionais. Ressalte-se que, a depender da complexidade da investigação, esse prazo pode ser maior. Em relação à continuidade das aplicações de medidas antidumping provisórias, o ministério continuará mantendo sua política de recomendar a aplicação sempre que se demonstrar necessário e forem cumpridos os requisitos legais.

FOLHA - A sra. vê algum setor ou setores mais ameaçados pelo aumento de importações?

BARROCA - Tradicionalmente, o setor mais demandante, na área de defesa comercial, é o setor químico, apesar de todos os setores estarem sujeitos à prática de dumping e de subsídios.

FOLHA - Os mecanismos em vigor hoje são suficientes para defender a indústria nacional?

BARROCA - Acredito que os instrumentos de defesa comercial disponíveis são adequados para a proteção da indústria. No entanto, mesmo que não fossem, a necessidade de o Estado aumentar sua capacidade de agir em casos mais graves nessa área não seria de competência interna, mas, sim, proveniente de negociação internacional.

De qualquer maneira, existem outras formas de defender o setor produtivo das importações desleais que não a defesa comercial. Por exemplo: o acordo sobre procedimentos para

licenciamento de importações e o acordo de valoração aduaneira [acordo que fixa regras para o cálculo do valor dos produtos no comércio exterior].

FOLHA - Como a sra. vê o subfaturamento das importações de alguns países?

BARROCA - O governo reconhece a importância do combate às práticas fraudulentas no comércio internacional, e a Camex está coordenando ações específicas para reprimir eficientemente essas práticas.

Os interesses do Brasil na América do Sul - Cristiano Romero – Valor Econômico – 27/02/2008

As exportações do Brasil para a América do Sul estão em franca expansão. Em 2006, chegaram a US\$ 26,6 bilhões, o equivalente a 19,4% do total das vendas brasileiras ao exterior. Desde 1990, avançaram 15,4% ao ano, ritmo superior ao de crescimento das exportações para o mundo (9,7%). Os produtos manufaturados dominam a pauta, mas, em alguns setores, o Brasil está perdendo espaço para a produção dos próprios países e também para fabricantes de economias como a americana e a chinesa.

Numa iniciativa inédita, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) elaborou estudo minucioso sobre o perfil das exportações brasileiras aos 11 países do continente. O documento, que será divulgado amanhã, em São Paulo, durante seminário promovido pela CNI na sede da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), confirma a importância do mercado sul-americano e adverte para a necessidade de governo e setor privado encararem a região como prioritária.

No papel, os países vizinhos já são uma prioridade da política externa do governo Lula, mas, na avaliação da CNI, "há indicações de que as iniciativas governamentais não têm levado em conta, de forma devida, os reais interesses do setor empresarial". "Isso se deve não somente aos problemas de percepção do governo, mas também às dificuldades que o próprio setor empresarial tem tido para identificar e definir claramente suas prioridades e seus interesses comerciais na América do Sul", diz a CNI, fazendo também o mea culpa do setor privado.

Os números do comércio do Brasil com a região são reveladores. No biênio 2005-2006, as manufaturas representaram 3/4 das exportações aos países vizinhos. O continente responde por 31,5% das vendas brasileiras de produtos industrializados, com destaque para bens intensivos em economias de escala (a região é destino de 34% das vendas totais desses produtos), máquinas e equipamentos (28,5%) e produtos intensivos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), com 36,6% do total.

Quando se observam os produtos mais beneficiados por esse comércio, verifica-se que 71% da pauta brasileira na região diz respeito a seis setores: automotivo (26,1%), químico e petroquímico (14%), siderurgia e metalurgia (10,2%), equipamentos eletrônicos (9,4%), bens de capital (7,3%) e material elétrico (4,3%). No caso dos produtos eletrônicos, é preciso fazer uma ressalva, antes que alguém acredite que o Brasil superou suas deficiências nessa área: a pauta é dominada pela venda de telefones celulares (72% do total do setor).

O principal mercado de produtos brasileiros na região é, evidentemente, a Argentina, a segunda maior economia do continente. No período 2005-2006, o país vizinho foi destino de 45% das exportações do Brasil para a América do Sul. Os produtos mais comprados pelos argentinos foram (e são) automóveis de passageiros, tratores e veículos de carga, que

representaram 21,2% das vendas totais àquele país. A Argentina importa também, em grande quantidade, produtos químicos e petroquímicos, equipamentos eletrônicos, siderúrgicos e de metalurgia, bens de capital e material elétrico.

No estudo, a CNI faz um diagnóstico detalhado dos interesses comerciais do Brasil na região, classificando-os de quatro maneiras. Na primeira, estão os interesses "consolidados", isto é, os que se referem a produtos que já atingiram um grau de maturidade, com a exportação de montantes elevados e a conquista de participação de mercado significativa nos vários países. Nessa categoria, a CNI calcula que, na média do biênio 2005-2006, estavam US\$ 16,8 bilhões das vendas brasileiras, portanto, 70,3% do que foi vendido ao continente sul-americano. Numa outra maneira de ver essa conta, o Brasil detém 41% do mercado de produtos em que o país tem interesses "consolidados". Trata-se de uma fatia considerável.

No caso dos interesses "ameaçados", ou seja, dos produtos que tinham posição sólida, mas perderam espaço no passado recente, a CNI estima que o Brasil viu sua participação de mercado encolher de 38,5%, em 1997-1998, para 25,3% no biênio 2004-2005. Algo como US\$ 2,17 bilhões. Os países onde essa queda foi mais acentuada foram Paraguai, Venezuela, Chile e Colômbia. Os setores mais afetados pela concorrência de países como China, México, Japão e EUA foram o automotivo, o siderúrgico e de metalurgia e o de equipamentos eletrônicos.

Quanto aos interesses "potenciais", aqueles em que o Brasil se destaca nas exportações a outros mercados, mas não aos países sul-americanos, embora estes sejam fortes importadores, a CNI calcula que o país vendeu apenas US\$ 390,5 milhões na média do biênio 2004-2005, o equivalente a apenas 3,4% do que o continente comprou de outros mercados. O mercado a explorar é o dos países andinos, principalmente, a Colômbia, que importou US\$ 4,2 bilhões desses produtos no período analisado, sendo que apenas 3,7% do Brasil. Entre os produtos, estão carros, químicos e petroquímicos e eletrônicos.

Na quarta categoria elaborada pela CNI, estão os interesses "emergentes", que dizem respeito aos produtos que não tinham tradição na pauta comercial brasileira no continente, mas vêm aumentando sua importância nos últimos anos. O Brasil exportou apenas US\$ 625,3 milhões desses produtos, face a um mercado de US\$ 5,87 bilhões.

Entre as recomendações feitas pela CNI para que o país mantenha os interesses "consolidados", diminua os "ameaçados" e promova os "potenciais" e "emergentes", está a de que o governo aprofunde as negociações comerciais no continente, mas numa mão de duas vias: ampliando os mercados, melhorando os acordos vigentes e procurando eliminar barreiras não-tarifárias, mas também atendendo às constantes reclamações dos vizinhos quanto às barreiras impostas às importações de seus produtos (no Brasil, como se sabe, 200 anos depois da abertura dos portos, a burocracia ainda nutre especial tara em dificultar a vida dos importadores).

EUA estendem preferências tarifárias – Folha de São Paulo – 29/02/2008

O Congresso dos EUA aprovou ontem a extensão por dez meses da ATPDEA, acordo de preferências tarifárias para Bolívia, Colômbia, Peru e Equador condicionadas à colaboração no combate às drogas. A medida ainda vai à sanção do presidente George W. Bush, para quem o programa não substitui a aprovação, pelo Congresso, do Tratado de Livre Comércio com a Colômbia. Com a onda protecionista, os congressistas resistem.

Sanguinetti critica Venezuela no Mercosul – AFP – Gazeta Mercantil – 29/02/2008

As relações bilaterais entre o Brasil e a Argentina e a incorporação da Venezuela são fatores que fazem "tremar" a estrutura básica do Mercosul, disse o ex-presidente uruguaio Julio María Sanguinetti em entrevista em Assunção.

"Os fatos dizem que o Brasil e a Argentina se aproximaram de um modo muito claro em detrimento da relação e da condição do Mercosul, e isso é profundamente negativo para o que deva ser uma sociedade de quatro membros", disse Sanguinetti, que ontem se encontrou com o presidente paraguaio Nicanor Duarte.

Sanguinetti referiu-se especificamente às últimas reuniões bilaterais dos presidentes do Brasil e da Argentina, que negociaram acordos sem a presença do Uruguai e do Paraguai.

"Eles resolvem instalar uma represa no rio Uruguai sem falar com o Uruguai. Dessa forma, nossa soberania foi afetada e a funcionalidade do Mercosul, questionada", afirmou.

"Quando se vê que resolvem construir nada menos que submarinos nucleares - bom, não quero criar fantasmas para a potência militar dos vizinhos - seria bom que essas coisas não se resolvessem entre dois países e sim, pelo menos, que se informasse, dando oportunidade aos demais", ironizou.

A incorporação da Venezuela é outro fator de crise, acredita o ex-presidente. Apesar de sua entrada no Mercosul ser justificada por afinidades ideológicas com outros governos do bloco, seria um erro permitir que o governo de Chávez entrasse porque a Venezuela não é do sul", disse.

"A Venezuela tem uma política internacional diferente de todos os nossos governos", assinalou Sanguinetti.

O ex-presidente citou ainda o "grande fiasco" dos que pensaram que as afinidades ideológicas entre os presidentes da região iriam melhorar o relacionamento entre os países.

"Isso revela que a política internacional não tem afinidades ideológicas", concluiu.

Itamaraty e empresários divergem sobre prioridade na relação com América do Sul - Raquel Landim – Valor Econômico – 29/02/2008

Investir ou exportar? A diplomacia e o setor privado têm visões distintas sobre o que deve ser prioridade nas relações com a América do Sul. Enquanto o Itamaraty deseja fomentar as importações da região para reduzir o superávit brasileiro, as empresas querem vender mais. A divergência ficou nítida ontem em seminário promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), em São Paulo.

O secretário-executivo do Ministério das Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, disse que as relações entre o Brasil e a América do Sul são assimétricas. "Temos um superávit crônico", disse, ressaltando que o Brasil vende manufaturados para a região e importa matérias-primas. Para o embaixador, o Brasil enfrentará "desafios extraordinários de política externa" no futuro por conta dos superávits com a região.

Ele pediu que as empresas brasileiras invistam na América do Sul. Pinheiro Guimarães disse que esses países estão em processo de industrialização, que inclui substituição de importações, a exemplo do que ocorreu no Brasil anos atrás. "Pode gerar oportunidades para os brasileiros investirem no bojo desses processos de substituição de importações", afirmou. O embaixador também ressaltou que o Brasil possui um acordo com os países da região que liberalizará o comércio em 2019.

A prioridade dos empresários é diferente. "A nossa visão é comercial. O objetivo é vender", disse Luiz Aubert Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), anfitriã do encontro. Segundo ele, a América do Sul importa US\$ 20 bilhões em bens de capital, mas apenas US\$ 3,5 bilhões do Brasil. "A maior fatia está nas mãos dos concorrentes." Aubert Neto diz que o investimento é o segundo passo e que só ocorre quando as vendas no país atingem uma escala de produção justificável.

"Não adianta dizer que em 2019 os países da América do Sul estarão integrados com a economia brasileira. O acordo que temos é pífio. Os empresários têm visão de longo prazo, mas também precisam de resultados de curto prazo", disse Maria Tereza Bustamante, diretora de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria Elétrica Eletrônica (Abinee), referindo-se a um comentário do embaixador Pinheiro Guimarães.

A posição do Ministério do Desenvolvimento é intermediária.

O secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, concordou que é necessário aprofundar os acordos com a região para evitar desvios de comércio. No entanto, ele afirmou também que a presença maciça de produtos brasileiros provoca reações protecionistas nos vizinhos e, por isso, é preciso aumentar as importações desses países. Barral pediu aos empresários que "façam pressão sobre o governo" se não se sentirem atendidos.

Segundo Fernando Ribeiro, economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), a América do Sul é muito importante para a venda dos bens mais sofisticados do Brasil. Em 2007, o Brasil exportou US\$ 32 bilhões para a região. Desse total, 76% são manufaturados. A América do Sul recebe 31,5% dos industrializados que o Brasil exporta. Dos produtos intensivos em tecnologia, 37% são destinados esses países.

(RL)

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária

Diva de Faria

**op
pa** **Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura**

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

